



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Empregar esforços para recuperar a classificação de liberdade económica e
aumentar a confiança no investimento e nos negócios

O Índice de Liberdade Económica é um dos indicadores fidedignos ao nível mundial. Entretanto, no seu relatório de 2021, a RAEHK e a RAEM foram excluídas da lista de classificação separada, o que privou Macau do importante reconhecimento internacional da sua liberdade económica.

Desde 2009 que Macau tem sido classificada como uma economia de segundo nível, aliás, como uma economia "maioritariamente livre", e todos os anos a sua classificação global era superior ao nível médio dos países da região Ásia-Pacífico e do mundo (Nota 1). A estabilidade financeira, o nível das despesas governamentais, a liberdade de comércio e investimento, a livre circulação de moeda, a liberdade financeira, etc. de Macau conseguiram uma avaliação consideravelmente favorável, o que contribuiu para consolidar o estatuto de Macau enquanto cidade assinalada pelo ambiente favorável ao desenvolvimento comercial, pelo respeito pela propriedade privada, pela baixa tributação e ainda por ser um porto franco de alta eficácia. Por isso, o Governo também atribuiu grande importância a essa classificação, pois, além da divulgação anual da respectiva classificação por parte da Autoridade Monetária de Macau, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau publicou também, nestes últimos anos, relatórios analíticos específicos sobre o "Ranking de Macau ao nível da liberdade económica" (Notas 2, 3).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

No recente relatório sobre o Índice de Liberdade Económica, afirma-se que Hong Kong e Macau, enquanto regiões administrativas especiais, gozavam de um nível diferente e até de um nível de liberdade económica mais alto relativamente ao Interior da China, porém, “os desenvolvimentos dos últimos anos demonstram, inequivocamente, que as políticas económicas adoptadas acabaram por ser controladas por Pequim”, o que levou a que Hong Kong e Macau tivessem sido classificadas juntamente com o Interior da China, que ocupa o 107.º lugar no mundo e conseguiu a 4.ª categoria na classificação, isto é, uma economia “maioritariamente não livre”.

Perante isto, o Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças limitou-se a emitir, em seguida, um comunicado de imprensa com apenas cerca de 100 palavras (Nota 4). Para além das expressões "recusar comentar" e "opor-se resolutamente", o comunicado de imprensa carece de justificações concretas para dar resposta às observações e aos comentários constantes do relatório da referida entidade fidedigna, parecendo ainda não haver por parte daquele Gabinete qualquer intenção de avançar com uma análise profunda sobre o impacto negativo dessa classificação no desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau (especialmente no sector financeiro), o que pode abalar a confiança dos investidores e dos empresários em relação ao ambiente de liberdade económica de Macau a longo prazo.

Pelo exposto, usando do poder em matéria de fiscalização consagrado na Lei Básica da RAEM e no Regimento da Assembleia Legislativa, interpelo, por escrito, o Governo, e solicito que me responda, por escrito e ponto por ponto, de forma clara, objectiva e precisa, ao seguinte:



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

1. A Lei Básica prevê-se, expressamente, que a RAEM mantém finanças independentes, aplica um sistema fiscal independente, define, por si própria, os sistemas monetário e financeiro, segue a política de comércio livre e garante o livre fluxo de capitais, se mantém como porto franco, é um território aduaneiro separado, etc. Pelo exposto, o Governo deve provar que a RAEM, com o apoio do Governo Central, pode continuar a defender, integralmente, a autonomia económica sob o princípio de "um país, dois sistemas", com alto grau de autonomia. De que fundamentos concretos dispõe o Governo para o efeito?
2. Ao longo dos anos, a estabilidade financeira, a liberdade de comércio e investimento, etc. de Macau têm sido altamente reconhecidas no relatório sobre o Índice de Liberdade Económica, e tal reconhecimento contribuiu para consolidar o estatuto internacional de Macau enquanto porto franco, por isso, o Governo da RAEM deu elevada importância a isto. Que impacto negativo e que riscos resultarão para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, na sequência da perda de um reconhecimento internacional tão importante de Macau? De que medidas de remediação substanciais dispõe o Governo?
3. Quanto mais reconhecimento se consegue junto de entidades internacionais fidedignas, maiores os benefícios para a economia e para reforçar e estabilizar a confiança dos investidores e empresários. O Governo deve empregar esforços para manter o contacto com a entidade responsável pela classificação do Índice de Liberdade Económica e apresentar justificações concretas, com vista a recuperar, quanto antes, a classificação. Vai fazê-lo? Ao mesmo tempo, o Governo deve tomar a iniciativa de lutar pela inclusão de Macau em mais



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

classificações internacionais análogas, de modo a criar condições para a internacionalização do desenvolvimento económico de Macau. Vai fazê-lo?

08 de Março de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Sou Ka Hou

Nota 1: Na última classificação (em 2020), Macau conseguiu 70,3 pontos na classificação global da liberdade económica e ocupou a 35.º posição entre 180 economias do mundo. Macau ocupou a 9.ª posição entre as 42 economias da região Ásia-Pacífico, a seguir a Singapura, Hong Kong, Nova Zelândia, Austrália, Taiwan, Malásia, Coreia do Sul e Japão.

Nota 2: Síntese sobre o estudo da “classificação da liberdade económica de Macau”, Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, 25 de Janeiro de 2019, https://www.ipim.gov.mo/research_briefing/files/PDF-21.pdf

Nota 3: Síntese sobre o estudo da “classificação da liberdade económica de Macau, 2020”, Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, Abril de 2020, https://www.ipim.gov.mo/research_briefing/files/PDF-12.pdf

Nota 4: Resposta do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças, 5 de Março de 2021, <https://news.gov.mo/detail/zh-hant/N21CEky0NR?2>